

ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: A NECESSIDADE DE UM ESPAÇO INTERMEDIÁRIO
Celia Ferraz de Souza

Entre a casa e a rua, o dentro e o fora, o interior e o exterior, na sociedade moderna, os umbrais da mudança estão fundamentalmente na separação do espaço do trabalho e da moradia. Novas exigências e necessidades conduziram sempre, em todo percurso da história da humanidade, a transformações dos espaços urbanos e de moradia. Porém, especialmente no último século, a transformação da vida privada deu uma guinada significativa na sua articulação com a vida pública.

A redefinição dos locais para o desenvolvimento das relações familiares, lócus da vida doméstica e dos espaços fora desta, locais da vida urbana, por onde os habitantes da cidade circulam, se encontram e estabelecem seus contatos, conduziram a sociedade a erguer novas fronteiras entre os espaços públicos e privados.

No passado as atividades de trabalho eram desenvolvidas nas moradias fossem elas relações de comércio, de oficinas ou do profissional liberal. Não raro toda a família se envolvia com o trabalho predominante, assim como, com as atividades usuais. O espaço da casa era um espaço além de familiar, um espaço no qual se desenvolviam relações de trabalho e outras atividades, que mais tarde passariam para a esfera pública, como a educação ou a assistência social da família. Os espaços da casa estavam destinados a abrigarem diversas funções, como dormitórios, refeitório, estocagem de produtos, produção, comercialização, além de recepção de visitas particulares, realização de estudos e leituras, etc. Era loja, escritório, oficina ou consultório, espaço múltiplo e variado, comumente com peças muito reduzidas, na maior parte da cidade, que com o tempo foram se ampliando de acordo com as necessidades e poder aquisitivo.

Na história das cidades brasileiras, com a permissão de realização do comércio, só no ciclo do ouro, mudanças significativas foram introduzidas na concepção do meio urbano. As lojas começaram a surgir nos andares térreos dos próprios sobrados e em casas

térreas especialmente construídas para este fim. A habitação do proprietário ficava nos fundos ou nos altos. Muitas das casas de porta e janela, também se transformaram em espaços de comércio sendo aumentadas com “puxados” e anexos para abrigar as funções complementares e habitação. Assim, o espaço privado foi ficando mais exposto, se tornando cada vez mais público. A mistura de funções era decorrente. A própria mulher muitas vezes teve que tomar pé da situação, ampliando sua atividade doméstica. Atrás do balcão muitas vezes estava o “bercinho” com o nenê e na sala da casa muito dos estoques da venda. A mesa que servia para as refeições servia também para a contabilidade, para montagens, para consertos, etc.

A tipologia de sobrados e casa térrea, característica das cidades coloniais, perdurou até o final do Império basicamente, apenas se tornando mais diversificada no seu uso. As casas térreas foram se ampliando e os sobrados já não eram mais só para os senhores de terra. O crescimento do comércio induziu a burguesia ascendente a ocupar seu espaço. Começava assim a grande mudança, a separação ou o afastamento do trabalho da moradia.

Na realidade este foi um processo que atingiu a todas as localidades que receberam os impactos ou ressonâncias da Revolução Industrial, ocorrida no final do século XVIII e início do século XIX, na Europa, produzindo modificações significativas nos espaços urbanos internos e externos. A separação ou o afastamento do trabalho da residência provocou uma redefinição das funções dos espaços públicos e privados e uma conseqüente reordenação na direção do espaço familiar. No início deste processo as cidades sofreram um incremento populacional jamais visto que as levou a enfrentarem um quadro extremamente problemático. Da falta de moradia à falta de higiene e saneamento urbano, associado a ausência de escolas, hospitais, espaços de circulação, praças e parques, a cidade exibia um cenário crítico, onde de ausência do Estado, frente aos novos

problemas ficava patente. Nessas condições surge o urbanismo como uma ação de política pública, permanente na reorganização espacial da administração da cidade e do estado.

A nova economia clamava por espaços específicos, o trabalho não podia mais permanecer no âmbito da casa. A fábrica, não só destronou o artesão, como levou o operário a trabalhar em outro meio que não fosse sua casa. As casas de comércio se sofisticaram e saíram do âmbito da habitação. O trabalho se afastou das moradias provocando a dissociação entre a vida doméstica e a vida profissional. Nesse contexto, surge uma “especialização dos espaços que rompe a igualdade conjugal e institui a mulher como criada”¹. Ela deixa de ser participativa da produção familiar para ficar a disposição da casa e da família. Passa a se tornar mulher servil que atende ao marido quando retorna do trabalho, formando uma imagem que penetrou no imaginário coletivo. Em decorrência, o trabalho produtivo das mulheres passa a assumir, no início do século XX, um valor de emancipação, cujas conseqüências se refletiram fortemente na organização da sociedade e seus espaços.

A casa por seu lado, não tendo mais aqueles espaços do trabalho, permitiu que a família desenvolvesse espaços mais privados. Até nos sobrados ou mansões posteriores, onde se realizavam trabalhos de professores, preceptoras, e outros serviços, estes começavam a ser dispensados pelo aumento do número de escolas públicas de todos os níveis. A multiplicidade de serviços fora de casa ia sendo criada para atender os anseios de uma nova sociedade que passava a cada dia exigir mais. O afastamento do trabalho do meio doméstico e a participação da mulher no mesmo tiveram como conseqüência o reordenamento da vida privada. Novos espaços passaram a ser possíveis democratizando o direito à vida privativa dos moradores menos aquinhoados.

¹ Prost, Antoine – Fronteiras e Espaços do Privado in PROST, Antoine & VINCENT, Gerard (org) História da Vida Privada, São Paulo, Cia das Letras, 1992 p.40

A cidade moderna passava a exigir a separação de espaços. Do ponto de vista da racionalidade teórica era inadmissível essa promiscuidade de funções que ocorria na cidade até então. O local de moradia tinha que ficar separado das demais atividades. A carta de Atenas, documento referencial do urbanismo moderno, pregava em 1933, que os espaços da cidade deveriam ser organizados de acordo com as funções urbanas: habitar, circular, trabalhar e recriar. O aparecimento de casas populares com pequenos jardins ou prédios de apartamentos em forma de conjuntos habitacionais contribuiu para a racionalização da construção e a privatização de espaço familiar. A casa era sempre voltada para a rua, mas se procurava não expor o seu interior como antes. É certo que ainda encontramos pelo Brasil moradias acopladas a uma venda precária, de onde (da rua) se divisa um quarto de dormir ou a cozinha, deixando a privacidade inexistente.

Na cidade brasileira, no início do século XX surgia um misto de casa térrea e sobrado. Ela se assentava sobre um porão, que a afastava da proximidade do chão batido. A influência do neoclássico mandava esconder os telhados construídos em duas águas no período colonial, com balaustradas e vasos de porcelana. Do ponto de vista da rua ainda continuava a mesma morfologia. Entretanto, em breve, começou o afastamento de um dos lados do lote. A entrada da casa passava a ser por um corredor com portão, aberto até a porta que dava ao interior da casa. Logo depois surge afastamento dos dois lados e mais tarde dos quatro lados, característica das casas burguesas. E o com essa liberação, surge o jardim que faz a interface com a rua. Lima Barreto um dos autores mais destacados de seu tempo, com seu fino sentido de observação da cidade, nos traz o seguinte a descrição sobre este tipo de casa, no início do século XX, em “*O triste fim de Policarpo Quaresma*”

A casa ficava no centro do terreno, eleva-se sobre um portão alto, tinha um razoável jardim na frente, que avançava pelos lados, pontilhado de bolas multicores, varanda, um viveiro, onde pelo calor os pássaros morriam

*tristemente. Era uma instalação burguesa, no gosto nacional, vistosa, cara, pouco de acordo com o clima e sem conforto.*²

A casa burguesa era ampla, com diversas peças, sala de visitas, biblioteca, sala de jantar, cozinha, dispensa, lavanderia, quartos de empregados, garagem. Os banheiros e lavabos passaram a integrar o espaço interior da casa, antes localizados em cubículos no fundo do quintal. A especialização dos serviços domésticos levava a criação desses novos espaços. A casa no meio dos jardins, ficava exposta para a rua, de onde os passantes apreciavam seus jardins e percebiam a entrada e saída dos veículos da família que estacionavam na porta da mansão ou se dirigiam para a garagem que, ficava próxima do quarto do motorista e da criadagem em geral. Estes eram também agora, o espaço intermediário entre o privado, o interior da casa e o público que ocorria na rua.

Todavia, existia ainda um outro espaço diferenciado, comum, entre o público e o privado, que, ficava exatamente no seu entorno das habitações. Era o bairro, onde se encontravam a padaria, a mercearia, a fruteira, o açougue, o bar e outros serviços. Lá as pessoas se sentiam familiarizadas e notavam até quando havia presença de pessoas estranhas, visitantes do local. A especialização dos espaços de trabalho e do urbanismo começou a afastar das habitações todo este espaço de convivência. A presença de shoppings, supermercados, lojas de grande porte, tiraram do convívio as relações pessoais, daquela extensão da vida privada.

Dois momentos marcaram a história da vida privada no século XX, segundo Prost, autor e organizador do último volume da *História da Vida Privada*. “De um lado, o trabalho sai dos domicílios e se estabelece em lugares impessoais, regidos por uma rede formalizada de regras jurídicas e convenções coletivas. De outro, o indivíduo conquista dentro da própria família, o tempo e o espaço de uma vida pessoal. A especialização dos

² BARRETO, Lima - *O triste fim de Policarpo Quaresma*

momentos e dos lugares acentua o contraste entre a esfera pública e a esfera privada, e aponta as características específicas de cada uma delas”. Entretanto, alerta, que se nos limitarmos apenas a essas duas tendências principais corremos o risco de estabelecer uma oposição demasiado radical entre o público e o privado, deixando de compreender o que ele chama da solidariedade entre ambos dentro de uma mesma sociedade. Para essa compreensão é preciso entender sua articulação. Afirma Prost,

“A passagem do privado ao público é freqüentemente brutal: muitos o sentem todas a manhãs. Mal a pessoa acaba de sair de casa, vê-se tragada pelo universo do trabalho, por suas obrigações e servidões. Ela cai inteiramente sob o império da exatidão sob o medo de perder o ônibus, o metro ou o trem, de ficar presa em um congestionamento. Em contraste com a intimidade do lar, cada percurso até o trabalho é um brusco mergulho num espaço público indiferenciado, inamistoso e até hostil: a pessoa se aperta num meio de transporte lotado, já muito contente de chegar em cima da hora no trabalho. Não é uma transição e sim um salto”

Realmente este quadro caracteriza as cidades, a partir daquelas consideradas de porte médio e sem dúvida alguma, as nossas capitais e mostra ainda, aquele afastamento de que falávamos do bairro com seus serviços. O transporte coletivo é o primeiro enfrentamento referente à esfera pública do trabalho, que a sociedade deve organizar. O uso do carro individual, tão comum nas cidades brasileiras, embora seja também uma tentativa de continuação da vida privada que poderia se tornar uma transição entre as duas esferas, ele na realidade se torna uma transição pobre, nas maiorias das vezes, cujos limites são marcados por engarrafamentos do trânsito: “as coerções coletivas das ruas que se impõem a esses meios de transporte privados, deixam os indivíduos absolutamente anônimos e solitários”³

³ Prost, Antoine – Fronteiras e Espaços do Privado in PROST, Antoine & VINCENT, Gerard (org) História da Vida Privada, São Paulo, Cia das Letras, 1992, p.117

Hoje começamos a perceber certas mudanças fundamentais na organização dos espaços seja da casa como da cidade. Uma tentativa tem sido de resgatar para a sociedade moderna, convivências e ambientes do passado, trazidos pelo imaginário social atual.

A arquitetura e o urbanismo racionalistas contribuíram para um afastamento da convivência de múltiplas funções nas casas e na cidade. As regras foram estabelecidas e deviam ser cumpridas, não levando em conta características culturais, regionais ou pessoais. Muitos exemplos mostram a série de problemas criados com essa racionalização. Seja nos conjuntos habitacionais em altura, ou em loteamentos. A ausência de serviços nas proximidades da moradia era sempre um problema. As vias dimensionadas para o tráfego rápido de veículos afastavam os pedestres. As imagens eram de espaços vazios e impessoais.

Em muitos dos grandes conjuntos habitacionais, na França entre 1950 e 1970, os responsáveis pelas restaurações de áreas insalubres, não haviam entendido que a forma urbana desempenhava uma função social para além de suas funções utilitárias evidentes (moradia, comércio, trabalho). Assim, suas realizações não facilitaram a criação dos espaços de transição, que fossem ao mesmo tempo públicos e privados. Na perspectiva culturalista bastante diferente, o urbanismo contemporâneo se esforçou para conceber um bairro de convívio, onde pedestres caminhavam por ruelas que formam pracinhas. Hoje isto também já é visível em nossas cidades.

Os espaços da casa burguesa, também receberam uma nova interpretação. Espaços são trazidos para dentro de casa, para a sociabilidade da família, como se fossem agora coisas banais: espaços para festas, bar, churrasqueiras, piscinas, saunas, *home-theater*, *spas*, etc. Os novos condomínios vêm privilegiando também esse aspecto do coletivo e da ambientação. Se no início, foram necessários a criação de espaços públicos

para muitas atividades exercidas no âmbito da casa, como educação, saúde, etc., agora aparece a criação de espaços na casa para atividades que, até faz bem pouco tempo, eram consideradas públicas ou de caráter bastante restrito.

Assim as dimensões, entre o público e o privado, começam a ser revistas. O crescimento das cidades, a necessidade de proteção tem conduzido a atenção para uma nova organização espacial, nos limites entre a casa e a rua. Os espaços semi-públicos e semi-privados começam a crescer de importância na nossa sociedade, assim como, os espaços familiares e relacionais do meio urbano.

No âmbito da arquitetura dos grandes complexos de uso público, como shoppings, mercados, etc., se tem visto implantar nos seus interiores, ambientes que lembram os espaços da cidade. As representações da rua ou de praças públicas aparecem no espaço privado de uso público perfeitamente integrados.

Mais recentemente, também se vêm buscando criar espaços intermediários que permitam uma melhor ambientação entre a casa e a rua, com um tratamento qualificado e cuidado com detalhes. Este hoje é o espaço do desafio, que deve merecer a maior atenção dos produtores do espaço. A pluralidade do espaço é fundamental e as relações humanas fora de casa, continuam valendo como uma necessidade de interação social. Conhecer os vizinhos, ir as compras nas redondezas, circular por alguma pracinha, caminhar no meio urbano continuam sendo atividades fundamentais e cada vez deveriam ser mais valorizadas pelo urbanismo e o planejamento urbano. Entre a casa e a rua deve acontecer o espaço do convívio coletivo na dimensão do usuário, para que ele possa desfrutar da familiaridade dos espaços da cidade. Coisa que os produtores do espaço não devem esquecer.